

Sanções dos EUA contra Juízes do TPI: Uma Traição à Justiça Internacional e ao Legado de “Nunca Mais”

Em 7 de fevereiro e 5 de junho de 2025, os Estados Unidos, sob o presidente Donald Trump e o secretário de Estado Marco Rubio, denunciaram o Tribunal Penal Internacional (TPI) como ilegítimo e politizado. Eles impuseram sanções contra o procurador-chefe do TPI, Karim Khan, e os juízes Solomy Balungi Bossa, Luz del Carmen Ibáñez Carranza, Reine Adelaide Sophie Alapini Gansou e Beti Hohler em retaliação pelo seu papel na investigação de crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos por Israel. Essas medidas, que incluem o congelamento de ativos e proibições de viagem, foram explicitamente projetadas como vingança pela emissão de mandados de prisão pelo TPI contra o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu e o ex-ministro da Defesa Yoav Gallant em 24 de novembro de 2024, e para evitar possíveis acusações contra os ministros Bezalel Smotrich e Itamar Ben-Gvir por seu papel na promoção de assentamentos ilegais e no agravamento da crise humanitária em Gaza. Essa interferência sem precedentes ameaça as operações do tribunal e compromete o compromisso global pós-Holocausto com a responsabilidade universal.

Este ensaio argumenta que a comunidade internacional deve ir além da condenação verbal para impor responsabilidade, incluindo sanções econômicas e diplomáticas contra Israel e os EUA, acusações do TPI contra Donald Trump e Marco Rubio, e a ativação do Estatuto de Bloqueio da UE para proteger o tribunal e seus funcionários do alcance excessivo dos EUA.

Ações de Israel em Gaza: Um Caso de Genocídio

A Convenção sobre Genocídio de 1948 define genocídio como atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso por meio de assassinato, causando danos físicos ou mentais graves, ou impondo condições de vida destinadas a provocar sua destruição física. As operações militares de Israel em Gaza atendem a esses critérios com uma clareza alarmante. A restrição sistemática de ajuda humanitária, ataques direcionados contra civis – incluindo trabalhadores humanitários, serviços de emergência, profissionais de saúde e jornalistas – e a destruição de infraestrutura essencial, como hospitais, demonstram uma intenção deliberada de impor condições voltadas para a destruição física dos palestinos em Gaza e cumprem a definição legal de genocídio nos termos do Artigo II da Convenção sobre Genocídio de 1948. Os mandados de prisão do TPI de 21 de novembro de 2024 contra Netanyahu e Gallant, acusando-os de fome como crime de guerra e crimes contra a humanidade, confirmam essa avaliação jurídica.

O relatório da Anistia Internacional de dezembro de 2024 concluiu inequivocamente que o cerco de Israel, que negou sistematicamente aos palestinos acesso a alimentos, água, suprimentos médicos e combustível, constitui genocídio ao criar condições destinadas a destruir a população palestina. A Relatora Especial da ONU para os Territórios Palestinos Ocupados, Francesca Albanese, em seu relatório de março de 2024 *Anatomia de um Genocídio*, identificou “motivos razoáveis” para genocídio, citando mais de 54.607 mortes palestinas, 100.000 feridos e o confinamento da população de Gaza em apenas 15 milhas quadradas, levando a doenças generalizadas e fome. Relatos de violência sexual em campos de detenção, como Sde Teiman, indicam ainda mais uma intenção genocida, visando a dignidade e a sobrevivência dos palestinos.

A retórica de autoridades israelenses reforça essas descobertas. A declaração do presidente Isaac Herzog em outubro de 2023, que confunde todos os palestinos com o Hamas, sugere uma intenção de atacar um grupo inteiro, não apenas combatentes. O apelo de Smotrich para que “nem um único grão de trigo entre em Gaza” e o apoio de Ben-Gvir à anexação de Gaza e da Cisjordânia refletem uma intenção genocida. Essas declarações e ações, apoiadas pelo suporte militar e político dos EUA, não apenas violam o direito humanitário internacional, mas também traem o compromisso universal com “Nunca Mais”, uma pedra angular da era pós-Holocausto.

Minando “Nunca Mais”: Ecos de Nuremberg

A promessa de “Nunca Mais”, nascida dos horrores do Holocausto e consagrada nos Julgamentos de Nuremberg, estabeleceu um compromisso global de responsabilizar os perpetradores de atrocidades, independentemente de seu status. Os Julgamentos de Nuremberg processaram oficiais nazistas por crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio, apesar de suas objeções à legitimidade do tribunal. As ações e declarações dos EUA ecoam o argumento nazista de que tribunais internacionais violam a soberania do Estado. Esse paralelo não é apenas histórico, mas profundamente simbólico. Os Julgamentos de Nuremberg estabeleceram o princípio de que indivíduos, incluindo líderes de Estado, têm responsabilidade pessoal por crimes internacionais, um princípio codificado no Estatuto de Roma, que rege o TPI. As sanções dos EUA, que visam juízes por cumprirem seus deveres judiciais, violam o Artigo 70 lit e do Estatuto de Roma, que proíbe retaliações contra funcionários do tribunal por seu trabalho. Esse ato de intimidação mina o legado de Nuremberg ao proteger os perpetradores da responsabilidade, promovendo uma cultura de impunidade que trai o compromisso com “Nunca Mais”.

A Metáfora de Apófis, Rá e Ma’at

Na mitologia egípcia antiga, a serpente Apófis, a vil encarnação do caos, rasteja pelo submundo todas as noites, buscando devorar Ma’at – a deusa sagrada da verdade, da justiça e da ordem cósmica – para mergulhar o mundo na escuridão eterna. Seth com sua lança, Ísis com sua magia e Thoth com sua sabedoria protegem Ma’at até o amanhecer, quando a luz de Rá finalmente derrota as forças das trevas.

Da mesma forma, Israel por suas ações em Gaza e os Estados Unidos por protegê-lo da justiça mergulharam nosso mundo na escuridão. A comunidade internacional, os 125 Estados membros do TPI, deve agora assumir os papéis dos guardiões de Ma'at. Sancionar Israel e os EUA, como Seth perfura o coração da serpente, usar o Estatuto de Bloqueio da UE como um escudo mágico para proteger o TPI e seus funcionários das sanções dos EUA, e empregar a sabedoria de especialistas jurídicos para acusar aqueles que cometem e apoiam o genocídio. Os guardiões da verdade e da justiça devem agir com determinação para evitar que o mundo mergulhe no caos e na escuridão.

A Necessidade de Ação Internacional Decisiva

As meras condenações verbais das sanções dos EUA, expressas pelo TPI, especialistas da ONU e organizações de direitos humanos, são insuficientes para combater este ataque à justiça internacional. A comunidade internacional deve agir com determinação para proteger a independência do TPI e garantir a responsabilidade. Em primeiro lugar, o TPI deve buscar acusações contra autoridades dos EUA, incluindo o presidente Donald Trump e o secretário de Estado Marco Rubio, sob o Artigo 70 lit d e e do Estatuto de Roma por crimes contra a administração da justiça. Sua ordem executiva e sanções constituem tentativas deliberadas de obstruir, intimidar e retaliar pelo trabalho do tribunal, ações que atendem aos critérios para perseguição. Um passo tão ousado reafirmaria o compromisso do TPI com a imparcialidade e dissuadiria futuras interferências de Estados poderosos.

Em segundo lugar, a União Europeia, com seus 27 Estados membros partes do Estatuto de Roma, deve ativar seu Estatuto de Bloqueio (Regulamento (CE) nº 2271/96 do Conselho) para combater os efeitos extraterritoriais das sanções dos EUA. Este regulamento, projetado para proteger entidades da UE de sanções estrangeiras, pode proibir a conformidade com as medidas dos EUA contra juízes do TPI, garantindo que bancos e instituições europeias não congelem os ativos dos juízes nem restrinjam suas atividades. Ao ativar o Estatuto de Bloqueio, a UE pode salvaguardar as operações do TPI dentro de sua jurisdição e sinalizar que não tolerará tentativas de minar a justiça internacional.

Em terceiro lugar, os Estados membros do TPI devem fortalecer seu apoio por meio de maior financiamento, cooperação na execução de mandados de prisão e reafirmação pública do mandato do tribunal. Essas ações contrabalançariam o efeito dissuasor das sanções dos EUA, que ativistas de direitos humanos alertam que podem desencorajar testemunhas e dificultar investigações em outras zonas de conflito. A falha em agir de forma decisiva arrisca erodir a confiança do público no sistema jurídico internacional e encorajar outros Estados a seguir o exemplo dos EUA, enfraquecendo ainda mais a capacidade do TPI de fazer justiça às vítimas de atrocidades em todo o mundo.

Conclusão: Restaurando o Equilíbrio da Justiça

As sanções dos EUA contra os juízes do TPI representam um ataque direto aos princípios da justiça internacional, ecoando a desobediência de oficiais nazistas em Nuremberg e minando a promessa de "Nunca Mais". As ações de Israel em Gaza, caracterizadas por assassinatos em massa sistemáticos com intenção genocida, exigem responsabilidade, mas a

interferência dos EUA protege os perpetradores e perpetua a impunidade. A metáfora de Apófis, Rá e Ma'at sublinha o que está em jogo: permitir que o caos prevaleça ameaça a ordem global que sustenta a verdade e a justiça. A comunidade internacional deve agir com determinação, buscando acusações do TPI contra as autoridades dos EUA Trump e Rubio por obstrução da justiça e ativando o Estatuto de Bloqueio da UE para proteger o tribunal e seus funcionários. Somente por meio de tais medidas assertivas o legado de Nuremberg pode ser preservado. As vítimas da atroz agressão de Israel exigem e merecem justiça.